



**ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL /
RESENDE**

**POSSE DA CADEIRA D. JOSÉ LUÍS DE CASTRO,
13.º VICE-REI DO BRASIL E 2.º CONDE DE RESENDE**

ELOGIO AO PATRONO

LISBOA, 16 DE JUNHO DE 2011

RUI SANTOS VARGAS

NOTA PRELIMINAR:

Ilustríssimo Senhor Presidente da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil em Resende,

Quero começar por agradecer a nomeação para Académico de História Militar Terrestre do Brasil, considerando-a uma responsabilidade que aceito com agrado e espírito de missão.

Agrado por me fazer ombrear com um vasto leque de historiadores militar terrestres que integram esta Academia, cujos conhecidos méritos se traduzem nas inúmeras e excelentes obras produzidas. Académicos que são superiormente dirigidos pelo Ilustríssimo Presidente que é um exemplo de dedicação e trabalho à História Militar do Brasil.

E espírito de missão porque entendo a qualidade de membro desta Academia como um ponto de partida para uma investigação da história militar terrestre mais detalhada, mais dedicada e mais crítica.

Por isso peço ao Ilustríssimo Presidente que transmita aos demais Académicos este meu compromisso de dedicação, tentando fazer jus à nomeação e à Academia.

ELOGIO AO PATRONO:

Quanto ao Patrono da cadeira de que tomo posse, D. José Luís de Castro, 2.º Conde de Resende, 13.º Vice-Rei do Brasil, compete-me fazer o seu elogio.

O Tenente-General D. José Luís de Castro nasceu em Lisboa a 19 de Agosto de 1744, filho de D. António José de Castro, 1.º Conde de Resende¹, 15.º Almirante de Portugal, 5.º Capitão da Guarda Real de Arqueiros e Presidente dos Conselhos de Estado e Ultramarino, e de D. Teresa da Cunha Távora, filha dos 4.ºs Condes de São Vicente.



D. José Luís de Castro

Para além de 2.º Conde de Resende e de 13.º Vice-Rei do Brasil, foi ainda 11.º Senhor de Penela, 13.º de Roriz e Bemviver, do morgado de Resende, 16.º Almirante de Portugal e 6.º Capitão da Guarda Real de Arqueiros.

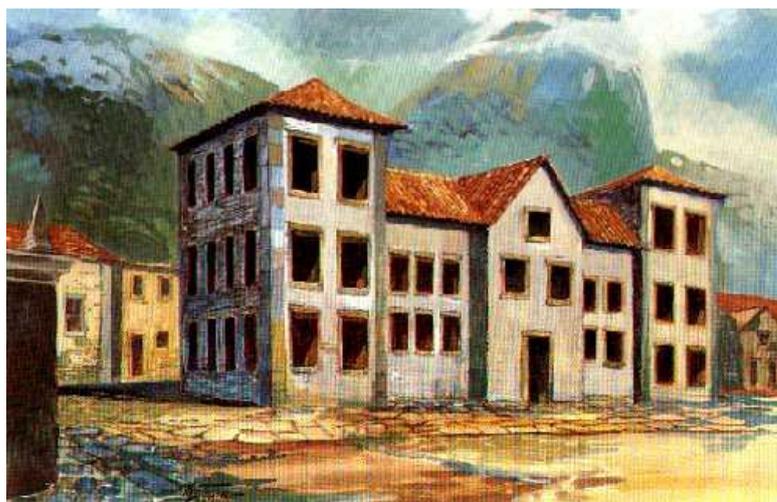
Assentou praça no Regimento de Cavalaria de Alcântara, como Cadete aos 14 anos, em 19 de Dezembro de 1758, abraçando a carreira das armas. A 19 de Fevereiro de 1761 foi promovido por decreto a Capitão, e neste posto é nomeado, a 29 de Maio de 1762, ajudante das ordens do General José Bernardo da Cunha. A 11 de Setembro de 1774, já com a patente de Sargento-Mor (o que corresponderia hoje ao posto de Major), casou com D. Maria do Rosário Noronha², filha herdeira de D. Lourenço de Noronha, Governador da Índia, e de sua mulher D. Maria Ana de Portugal. É depois promovido, por decreto de 27 de Setembro de 1777, a Tenente-Coronel. O decreto da promoção de D. José Luís de Castro a Coronel, datado de 11 de Maio de 1789, refere que havia sido nomeado “Vice-Rei e Capitão-General de mar e terra do Estado do Brasil por decreto de Outubro findo do Conselho Ultramarino”. Refere ainda que deveria conservar a sua antiguidade enquanto de durasse a sua ausência.

Começa então em 1790 a exercer o Vice-Reinado do Brasil, o que aliado ao título de Capitão-General de mar e terra, lhe dava os mais elevados poderes nas áreas executiva e militar. Ressalvo que não tinha autoridade no campo judicial, o que é muito importante para desmontar a fama que ganhou, como o responsável pela morte do Alferes Tiradentes no caso chamado Inconfidência Mineira.

O seu desempenho na função de Vice-Rei foi brilhante, pese embora a aura impopular que ganhou, resultado de intrigas palacianas e de “historiadores” pouco escrupulosos e não isentos.

Resumirei as mais importantes acções do seu Vice-Reinado:

- Cria a 17 de Dezembro de 1792, aniversário da Rainha D. Maria I, no Rio de Janeiro, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, destinada à formação de oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros militares e civis. Instalada na Casa do Trem (onde hoje está localizado o Museu Nacional) esta Academia é não só a primeira instituição de ensino superior do Brasil (militar e civil), como a primeira academia militar de todo o continente americano. É de notar que o Congresso Norte-Americano apenas em 1801 criou a conhecida Academia Militar de West Point.



Casa do Trem, no Rio de Janeiro

- Alarga substancialmente o território do Vice-Reino do Brasil, como resultado de acções militares no âmbito da Guerra das Laranjas que, em

1801, opôs Espanha a Portugal. Por esta via incorporou no Rio Grande do Sul os Sete Povos das Missões, os territórios localizados entre os rios Piratini e Jaguarão, os Arroios Taim e Chui, aumentou o sul do Mato Grosso e parte do actual Estado do Amapá.

- Promove a colonização do Brasil pela concessão de terras devolutas, pela criação de povoações e vilas, sendo de destacar uma no Campo Alegre, que desde 29 de Setembro de 1801, se denomina Resende em sua honra.
- Amplia extraordinariamente o cais do porto do Rio de Janeiro³, mandado construir pelo anterior Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, que à época era o principal porto do Vice-Reino.
- Acrescenta o andar superior do Palácio dos Vice-Reis, sede do poder até ao fim do período Brasil Império, ou seja, até 15 de Novembro de 1889.
- Amplia a capacidade defensiva e o poder de fogo das fortalezas do Rio de Janeiro.
- Constrói na rua dos Inválidos da Pátria um asilo para soldados que no serviço militar tenham obtido lesões que impossibilitassem o seu auto-sustento.
- Organiza os serviços de correio público na cidade do Rio de Janeiro, e é também durante o seu Vice-Reinado que a Coroa institui o serviço de correio marítimo entre o Reino e o Brasil.
- Melhora substancialmente no Rio de Janeiro o urbanismo, o saneamento, a higiene e limpeza públicas, sendo de destacar entre as suas obras:
 - Cobertura do aqueduto da Carioca, que corria a céu aberto em canalização de ferro que foi substituída por outra de pedra;



Aqueduto da Carioca cerca de 1790

- Revestimento com abóbadas de pedra da canalização da água na rua do Cano (actual Rua 7 de Setembro), tendo pavimentado para além desta a rua do Ouvidor, o Largo da Carioca e parte da actual Rua Uruguaiana.
- Abertura das actuais ruas do Senado, do Resende (outra homenagem) e dos Inválidos da Pátria.
- Instalou iluminação pública no Rio de Janeiro, a óleo de peixe, dada a luz insuficiente gerada por 72 oratórios.
- Construção do Chafariz do Largo do Moura que funcionou por quase um século.
- Fixação dos limites do Campo de Santana (actual Praça da República), que mandou aterrar com apoio em dinheiro, materiais e mão-de-obra dos moradores e vizinhanças.
- Deu grande impulso à limpeza pública, que fiscalizava pessoalmente inclusivamente no interior de propriedades.
- Melhorou e deu condições de circulação em segurança ao Caminho Novo, estrada entre São Paulo e o Rio de Janeiro, o que permitiu à vila de Resende poder escoar com mais facilidade as suas maiores produções: gado e café.

Mas durante o seu Vice-Reinado, D. José Luís de Castro, enfrentou graves questões que, aliadas às dificuldades económicas resultantes do fecho do ciclo do ouro, e aos ventos de mudança vindos de França que ditariam o fim do *ancient regime*, muito dificultaram a sua acção. Foram quatro as graves questões que teve de enfrentar:



- Relacionamento com o Presidente da Câmara do Rio de Janeiro e incêndio no senado da mesma Câmara (1790);
- Execução do Tiradentes (1792);
- Carta anónima incitando a população à revolta, à liquidação do Vice-Rei e à tomada do poder pela Câmara do Rio de Janeiro com apoio popular (1793);
- Encerramento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1794).

Quanto à primeira questão, a 20 de Julho de 1790, apenas 11 dias após ter tomado posse como Vice-Rei, ocorre um incêndio no Senado da Câmara do Rio de Janeiro, que era presidido, desde 1786, pelo Dr. Baltazar da Silva Lisboa, formado em Leis e Filosofia pela Universidade de Coimbra e pesquisador de produtos naturais.

Baltazar da Silva Lisboa, com o apoio de Secretário do Reino da Marinha e Domínios Ultramarino, D. Martinho de Mello e Castro, fará uma forte oposição ao Vice-Rei e porá a circular o boato de que fora o próprio D. José Luís de Castro a mandar atear o incêndio. Anos mais tarde, quando se dedicar ao estudo da história do Rio de Janeiro, irá deturpar a história a seu favor omitindo e falseando diversos factos.

O incêndio destruiu o arquivo da Câmara que continha leis económicas, provisões, cartas régias, ordens, decretos, títulos, privilégios, honras, inserções e os mais variados documentos dos últimos 200 anos, o que provocou grandes prejuízos para o funcionamento da Câmara e para as populações que dependiam dessas informações entretanto perdidas.

Circulava o boato de que o fogo tinha origem criminosa, sendo que uns culpavam o Presidente da Câmara, e este fazia espalhar o boato da culpa do Vice-Rei.

A incompatibilidade entre ambos agravou-se ao ponto de D. José Luís de Castro escrever ao Dr. Baltazar da Silva Lisboa lembrando-lhe para que cumprisse com as suas obrigações de Presidente da Câmara, ainda que mal, e fazendo-lhe notar o respeito que lhe era devido pela função de Vice-Rei que desempenhava.

Outro facto que marcou o Vice-Reinado de D. José Luís de Castro, e que dizimou injustamente a sua reputação até aos dias de hoje, foi a execução do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, a 21 de Abril de 1792.

Apesar de diversa bibliografia situar a Inconfidência Mineira⁴ no Vice-Reinado de D. José Luís de Castro, a realidade é que quando este toma posse já este episódio tinha decorrido e estava em adiantado processo a devassa ou inquérito ao mesmo. Esta devassa foi conduzida por uma equipa especialmente enviada do Reino, constituída por Sebastião Xavier Vasconcelos Coutinho, Presidente do Tribunal da Alçada, por António Diniz da Cruz e Silva, desembargador, e por António Gomes Ribeiro também desembargador. Este tribunal condena todos os líderes inconfidentes à forca, mas a Rainha D. Maria I comuta a pena de todos, excepto a pena de Tiradentes. Ao Vice-Rei, como Poder Executivo, restou fazer cumprir as ordens do poder Judicial, sancionadas pela Rainha.

A reforçar o facto de D. José Luís de Castro⁵ não estar ligado à condenação de Tiradentes, está o apoio que deu como Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. De facto, a Mordomia dos Presos desta Santa Casa pagou o advogado de defesa de Tiradentes e até a roupa com que este foi executado.

Quanto à terceira questão, ou seja, quanto à missiva anónima que incitava à rebelião, à morte do Vice-Rei e à tomada do poder pela Câmara do Rio de Janeiro, há que notar que é mais uma vez o Dr. Baltazar da Silva Lisboa

que entrega, em Janeiro de 1793, ao Chanceler da Relação uma carta anónima dizendo tê-la recebido do Reino, trazida pelo navio Pedra.

O Vice-Rei ordena um rigoroso inquérito sobre a carta a 14 de Janeiro de 1793. O Chanceler da Relação suspeitou que a carta fosse da autoria do Dr. Baltazar da Silva Lisboa e transmitiu essa sua convicção, sem provas concretas, ao Vice-Rei que, por sua vez, transmitiu a D. Martinho de Mello e Castro, Secretário do Reino da Marinha e Domínios Ultramarino e protector do Dr. Baltazar:

O Juiz de Fora desta cidade do Rio de Janeiro – Dr. Baltazar Lisboa, natural da Bahia, tem talento suficiente para produzir as ideias que se encontram na dita carta à folha três. O seu génio é pouco inclinado ao sossego, tendo-se implicado em disputas, algumas delas desnecessárias, não só com alguns ministros, mas até com os vice-reis, tanto com o actual como com o meu antecessor. Ele possui toda a resolução e animosidade para pôr em prática as lembranças que lhe ocorreram, se lhe parecer que elas lhe podem ser úteis...

Baltazar Lisboa, com o intuito de melhorar a imagem que o Ministro dele tinha e para amenizar o problema da carta anónima, denuncia o contrabando de fazendas praticado no Rio de Janeiro por 32 navios britânicos. O processo da carta anónima acabou por ser arquivado.

A última grave questão que abordaremos do Vice-Reinado de D. José Luís de Castro é o encerramento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Em 1786 formou-se uma Sociedade Literária no Rio de Janeiro que se reunia na casa do advogado Manuel Inácio da Silva Alvarenga, na actual Rua 7 de Setembro. O Conde de Resende não só permitiu o seu funcionamento como até o estimulou, atendo a que a Sociedade Literária não tinha tido qualquer envolvimento na Inconfidência Mineira. Todavia, um padre e um advogado fizeram uma denúncia de que na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, contrariamente ao previsto nos estatutos da Sociedade, se fazia o debate público de questões políticas relacionadas com a Revolução Francesa. Por esta razão a Sociedade Literária foi encerrada e instaurada uma devassa que

durou desde 11 de Dezembro de 1794 a 14 de Maio de 1796, e os principais acusados detidos na fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e no Hospital da Penitência. Os réus apelaram ao Príncipe D. João, que intercedeu junto da Rainha apoiando-se no parecer da Relação do Rio de Janeiro que afirmava:

os réus haviam mantido diálogos particulares e privados de que a República era preferível à Monarquia e que os reis eram opressores e outras afirmações políticas perigosas...

A Rainha através do Príncipe, e este através do seu Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, determinou que fosse dada a seguinte orientação:

Se o Conde de Resende como Vice-Rei entendesse que havia culpados que os enviasse para Lisboa com as provas de culpa. Se entendesse que os envolvidos fossem inocentes que os colocasse em liberdade.

O Conde de Resende respondeu ao mesmo ministro:

Escolhi o último partido por ser mais conforme com a Humanidade.

Isto mostra como era D. José Luís de Castro, não sendo um amante do livre arbítrio ou um déspota como algumas fontes o intitulam.

Algumas fontes colocam o Conde de Resende a participar como Coronel na Campanha do Rossilhão⁶, o que implicaria um regresso à Europa durante a vigência do seu vice-reinado. Uma dessas fontes, que nos merece bastante crédito é o decreto de 17 de Dezembro de 1795 que trata da sua graduação em Marechal de Campo, e que é referente à promoção de oficiais que se tinham distinguido nesta campanha.

D. José Luís de Castro é efectivado no posto de Marechal de Campo a 20 de Novembro de 1796, e promovido a Tenente-General a 18 de Setembro de 1799, ou seja, ainda nas funções de Vice-Rei do Brasil, e não já de regresso ao Reino.

Terminado o Vice-Reinado o Conde de Resende regressa a Lisboa, e foi nomeado Conselheiro de Guerra, a 12 de Outubro de 1803. Retirou-se da vida política fixando residência no Palácio Santa Clara, no Campo de Santa Clara

em Lisboa, onde hoje estão localizadas as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, estabelecimento comercial e fabril do Exército Português.

Em reconhecimento dos destacados serviços prestados a Portugal no Brasil, foi-lhe atribuída a Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Avis.

Faleceu em Lisboa a 23 de Março de 1819.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Sabendo-se que a transferência da Corte para o Brasil já por diversas vezes tinha sido equacionada⁷, como se veio a verificar em 1808, coloca-se a questão se as obras que D. José Luís de Castro leva a cabo no Rio de Janeiro, tornando a cidade mais ao jeito europeu, e a melhoria das condições de defesa e de capacidade de fogo, não estariam relacionadas com a suposta vinda da Corte. Será que recebeu ordens para preparar a vinda da Corte para o Rio de Janeiro? Estudos mais aprofundados poderão responder a esta questão.

Os historiadores e os políticos brasileiros fizeram do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, dadas as tristes circunstâncias da sua morte, um mártir da Pátria brasileira, um herói precursor e impulsionador da independência do Brasil. E o povo brasileiro acolheu apaixonadamente o seu herói e elevou-o ao altar dos imortais da Pátria brasileira. Porém, o mesmo movimento de exaltação que promoveu Tiradentes ao firmamento, atirou para o abismo do desprezo⁸ a memória do 13.º Vice-Rei do Brasil, D. José Luís de Castro, 2.º Conde de Resende. E o povo brasileiro, talvez pouco esclarecido ou manipulado, com o mesmo ardor com que venera Tiradentes, rejeita o Conde de Resende como um construtor dum Brasil imenso. Em nossa opinião essa rejeição é injusta. O vice-reinado de D. José Luís de Castro foi muito mais do que a conclusão da devassa da Inconfidência Mineira e a execução de Tiradentes. Se hoje o Brasil tem uma dimensão continental, também o deve ao Conde de Resende. Tal como deve a criação da vila, hoje cidade de Resende, a fundação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, o desenvolvimento urbanístico e de saneamento do Rio de Janeiro eventualmente preparador da transferência da Corte, entre outras obras.

Mas se é compreensível a rejeição do povo brasileiro à memória do Conde de Resende, ainda que não se concorde, não é compreensível o total e completo esquecimento do 2.º Conde de Resende em Portugal.

Há portanto justificado trabalho a ser feito, de ambos os lados do Atlântico, e este elogio para a posse na Cadeira D. José Luís de Castro, 13.º Vice-Rei do Brasil e 2.º Conde de Resende, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Resende é o meu modesto contributo.

¹ O título foi-lhe concedido, de juro e herdade, com três dispensas da lei mental, como compensação da renúncia em favor da Coroa dos seus grandes domínios no Brasil, por Carta de 9 de Junho de 1754 (Rei D. José).

² Na esquadra que em 1808 transferiu a Corte portuguesa para o Rio de Janeiro estava integrado um brigue de nome “Condessa de Resende” eventualmente em sua honra. Carece de mais informação.

³ Obteve financiamento através da concessão de patentes de Oficiais de Cais, a todos os que pagassem uma taxa destinada a custear estas obras.

⁴ Movimento insurreccional nascido em Minas Gerais e que tinha como objectivo principal a independência do Brasil. O levantamento deveria dar-se em princípios de 1789, aproveitando o pretexto do lançamento de uma derrama sobre a exploração do ouro, o que não se verificou. A revolução acabou por abortar, sendo os seus líderes denunciados.

⁵ No período em que D. José Luís de Castro foi Provedor a Santa Casa perdeu muitos de seus imóveis, vendidos a qualquer preço aos nobres, por execução de um Alvará Real, expedido pelo Marquês de Pombal em 1796, que determinava a venda de todos os bens da irmandade. O Conde de Resende conseguiu evitar a falência total, salvando alguns imóveis. Em 1800 conseguiu o retorno de alguns bens que estavam em poder do Reino.

⁶ A Campanha do Rossilhão (1793-1795), ou Campanhas do Rossilhão e da Catalunha, foi uma campanha que levou Portugal, Espanha e Inglaterra a enfrentar a França. Portugal participou com uma divisão de 6 regimentos de infantaria (5600 homens) e um corpo de Artilharia com 22 bocas de fogo.

⁷ Desde o século XVII, no período da Restauração (1640), ela aparece nas conversações políticas, volta à pauta no século seguinte, com D. Luís da Cunha e o Marquês de Pombal. Novamente se pensaria nessa alternativa por ocasião do terramoto de 1775 e, depois, durante a invasão do Reino em 1792. Mas foi a Paz de Basileia (22 de Julho de 1795), que pôe fim à Campanha do Rossilhão, negociada por Manuel Godoy, poderoso ministro de Carlos IV — Rei da Espanha — promovendo a aliança entre a França e a Espanha, que exigiu uma reviravolta diplomática na política externa das monarquias ibéricas, resultando na vinda da família real portuguesa para o Brasil.

⁸ Como exemplos dessa vontade de eliminar o Conde de Resende da vida brasileira lembramos as alterações da denominação da Estação Ferroviária de Resende para Estação Ferroviária de Agulhas Negras e, mais lamentável por ser uma casa de cultura, a alteração de Escola Militar de Resende para Escola Militar de Agulhas Negras.

FONTES

www.ahimtb.org.br

O Guararapes – Órgão de Divulgação das Atividades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Resende, n.º 17, Julho/Agosto de 1998.

O Guararapes – Órgão de Divulgação das Atividades da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Resende, Resende, n.º 1, Março de 2011.

BIBLIOGRAFIA

BENTO, Coronel Cláudio Moreira – *Resende – Cidade e Município – 204.º Aniversário*. www.ahimtb.org.br, consultado a 10.06.2011.

COSTA, Coronel António José Pereira - *Os Generais do Exército Português*. 1.º Volume, I Tomo, Lisboa: Biblioteca do Exército, 2003.

ESTRELA, Paulo Jorge – *Ordens e Condecorações Portuguesas 1793-1894*. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

GERALDO, José Custódio Madaleno – *As Invasões Napoleónicas: Desde a Ida da Família real para o Brasil às Linhas de Torres 1807-1811*. Lisboa: Âncora Editora, 2011.

VENTURA, António – *Guerra das Laranjas: 1801*. Lisboa: QuidNovi, 2006.

VICENTE, António Pedro – *Campanhas do Rossilhão e da Catalunha: 1793-1795*. Lisboa: QuidNovi, 2006.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (direcção, coordenação e compilação) – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Volume III, Lisboa: Representações Zairol Lda., 1984.